

Os papéis se inverteram

Daniela Nahass
Da equipe do Correio

Nada como um dia após o outro. No Conselho de Ética do Senado, quem se opunha à abertura de um processo por quebra de decoro contra o ex-senador Luiz Estevão (PMDB-DF) hoje apressa-se em defender a abertura do mesmo processo contra os senadores José Roberto Arruda (sem partido-DF) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). E quem fez o papel de acusador durante as investigações no caso Estevão, agora virou defensor de ACM. A decisão do Conselho de Ética é crucial para a definição do futuro político dos acusados e tudo indica que, mais do que o comportamento anti-ético dos senadores, o que está em jogo são as rivalidades políticas. Depois da autorização dos conselheiros, Luiz Estevão acabou tendo o mandato cassado em plenário, e nada garante que a mesma coisa possa acontecer com Arruda e ACM. Ontem, durante conversa com jornalistas, Arruda sugeriu que a motivação de alguns membros do Conselho seja a revanche. Ainda incomodado com os espinhos do pequi que comeu no fim de semana, o relator dos casos de ACM e Arruda, senador Saturnino Braga (PSB-RJ), optava pelo silêncio. Enquanto isso, os dois senadores que serão alvo de seu relatório tratavam de implorar misericórdia aos colegas.

MANOBRA

O presidente do Conselho, Ramez Tebet (PMDB-MS), é um dos que está atuando de maneira diferente. No caso de Luiz Estevão, fez de tudo para protelar a abertura do processo de cassação. Demorou dois meses para nomear o relator, senador Jefferson Peres (PDT-AM), depois enviou o processo para a Mesa do Senado antes de submetê-lo à análise do Conselho e, por fim, no mesmo dia em que iniciou o processo de cassação de Estevão, instalou outras três averiguações contra senadores.

Agora Tebet quer pressa. Na última sessão do Conselho de Ética, depois de sete horas de acareação entre os senadores e Regina Borges, Tebet tentou colocar um fim na fase de investigação. Apesar de não haver quorum regimental, ele tentou pôr em votação um requerimento que tornaria inválidos todos os outros requerimentos apresentados pelos senadores, a maioria convocando outra pessoa para depor. A manobra só não deu certo porque o senador Waldeck Ornélia (PFL-BA), aliado a Antonio Carlos, pediu a verificação de quorum. "Não vou fazer juízo de valor sobre a atitude do presidente. Só quero que o Conselho de Ética aja com ética,

SINAIS TROCADOS				
RAMEZ TEBET (PMDB-MS)	PAULO SOUTO (PFL-BA)	NEY SUASSUNA (PMDB-PB)	JOSÉ ROBERTO ARRUDA (SEM PARTIDO-DF)	ANTES
Enquanto o PMDB mantinha o apoio a Luiz Estevão, o presidente do Conselho de Ética adiou como pôde o processo de cassação. Levou, por exemplo, dois meses para nomear o relator, senador Jefferson Peres	Foi o principal alvo de Luiz Estevão, autor do relatório da CPI do Judiciário que serviu de base para a cassação	Um dos mais ativos integrantes da tropa de choque em defesa de Luiz Estevão	Nos bastidores, sem aparecer muito ou dar muitas declarações públicas, empenhou-se para tirar seu inimigo político em Brasília de cena	Seis meses antes da cassação de Luiz Estevão, o então presidente do Senado já a pregava em um jantar de fim de ano com jornalistas
Busca correr com o processo. Queria inicialmente mesmo colocar em votação o relatório do senador Saturnino Braga logo nesta quinta-feira	Só perde para Waldeck Ornélia no empenho em defender Antonio Carlos Magalhães da cassação	Um dos mais ativos integrantes da tropa que exige punição rigorosa para ACM e Arruda	Se antes falou pouco e agiu muito nos bastidores, agora se enrola por falar demais. A avaliação é de que a sua situação é ainda mais complicada que a de ACM	Vítima de um processo de cassação, pede aos colegas que não façam julgamentos e ameaça questionar o voto de quem antecipar publicamente a sua decisão
AGORA				

respeitando o regimento", disse. Ramez Tebet também não escondeu a sua decepção quando o senador Saturnino Braga (PSB-RJ) pediu mais prazo para entregar o relatório.

Outro que apresenta uma posição completamente diferente é o senador Ney Suassuna (PMDB-PB). O senador era o porta-voz da "tropa de choque" que defendia Luiz Estevão ainda durante as investigações na CPI do Judiciário. Para o senador, o que a CPI havia determinado era uma apuração na Justiça e não no Senado. No Conselho de Ética, Suassuna, juntamente com o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), fez algumas tentativas de postergar o andamento do processo. Agora, Suassuna não tem dúvidas. Ele foi um dos primeiros a dizer que já havia elementos suficientes para a abertura do processo por quebra de decoro contra Arruda e Antonio Carlos. "É difícil dizer quem é mais mentiroso. O páreo é duro", disse após a acareação.

E quem foi alvo de Estevão, passou agora para a posição de defensor de Antonio Carlos Magalhães. É o caso do senador Paulo Souto (PFL-BA), relator da CPI do Judiciário, cujo trabalho serviu de base para a cassação de Estevão. Desta vez, ao lado de Waldeck Ornélia, Souto é um dos votos certos contra a cassação de ACM, que também está tendo posições diferentes. O ex-presidente do Congresso ameaça questionar o voto de quem antecipar publicamente a sua decisão, mas, no ano passado, chegou a defender a cassação de Estevão durante um jantar de fim de ano com jornalistas.